


CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE  
FISCAL DE TRIBUTOS

NOME DO CANDIDATO:	NÚMERO DE INSCRIÇÃO:
--------------------	----------------------

<p><b>VOCÊ RECEBEU DO FISCAL DE SALA ESTE CADERNO DE QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Verifique se o mesmo corresponde à sua opção de cargo, caso contrário, comunique tal fato imediatamente ao Fiscal de Sala, pois não serão aceitas reclamações posteriores.</li> <li>2. Para cada questão existe apenas <b>UMA</b> única alternativa adequada.</li> <li>3. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente em sala, por questões de segurança, durante o período mínimo de <b>30 (TRINTA)</b> minutos após o início da prova.</li> <li>4. O tempo disponível para a realização da prova corresponde a 03 (três) horas, intervalo este que compreende não só a resolução das questões objetivas, mas também o preenchimento da <b>Cartão de Resposta</b>.</li> <li>5. Reserve pelo menos os 20 minutos finais para marcar seu <b>Cartão de Resposta</b>.</li> <li>6. Os rascunhos e as marcações assinaladas no presente Caderno de Questões não serão considerados na avaliação.</li> <li>7. Após 2 (duas) horas do início das provas, o candidato poderá levar o caderno de questões.</li> <li>8. A saída do prédio deverá ser em silêncio, pois não será permitida a permanência de nenhum candidato após o término da prova, nem qualquer aglomeração nos corredores ou arredores do prédio da realização das provas.</li> </ol>	<p><b>O candidato estará sujeito à ELIMINAÇÃO do concurso nas seguintes situações:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ausentar-se da sala em que se realiza a prova levando consigo a qualquer horário o Cartão de Resposta ou o Caderno de Questões caso saia antes de 2h de prova.</li> <li>2. Utilizar-se, durante a realização da prova, de máquinas e/ou relógios de calcular, Smartwatch bem como rádios gravadores, "headphones", telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie, descritos ou não no edital.</li> <li>3. Comunicar-se com qualquer outro candidato.</li> <li>4. Deixar de assinar o Cartão de Resposta.</li> <li>5. Faltar com o devido respeito ante a autoridade do Fiscal de Sala ou qualquer outro membro da aplicação do concurso.</li> </ol> <hr/> <p><b>Divulgação das provas e do gabarito preliminar:</b></p> <p>"Prezado(a) candidato(a), todas as informações essenciais do concurso estarão disponíveis de forma prática e acessível através do QR Code abaixo, que o levará a página relativa ao Concurso em nosso site. Fique atento(a) e utilize o código para obter detalhes sobre o Gabarito, Editais de Convocação para Provas Práticas ou Provas de Títulos (quando for o necessário para o cargo), Homologação, datas para entrega de documentação e demais instruções para o seu sucesso nessa jornada rumo à aprovação. Boa sorte!"</p> <p><a href="http://www.facetconcursos.com.br">www.facetconcursos.com.br</a></p> 
--	--

Ao terminar a prova **em tempo inferior a 02 (duas) horas**, chame o fiscal de sala, verifique se assinou corretamente e preencheu o Cartão de Resposta. **DEVOLVA** todo o material junto com esse Caderno de Questões, sendo permitido apenas destacar nesta 1ª folha do Caderno de Questões esta fita de respostas, onde nela o candidato deverá anotar o rascunho do seu gabarito.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

**LÍNGUA PORTUGUESA**

1. “Cada enunciado é povoado por ecos de outros enunciados e toda palavra é resposta, mesmo que implícita, a palavras anteriores e antecipação de palavras futuras” (Bakhtin, Estética da Criação Verbal, 1979). Em redes sociais, sobretudo em debates políticos, a ironia converte-se em um dispositivo de resistência cultural.

À luz do pensamento bakhtiniano, assinale a alternativa que melhor representa a função discursiva da ironia nos discursos digitais.

- a) A ironia dissolve ambiguidades semânticas, reforçando consensos ideológicos fixos em contextos discursivos determinados.
- b) A ironia neutraliza tensões polifônicas, consolidando hierarquias simbólicas dominantes nos discursos sociais contemporâneos.
- c) A ironia desestabiliza construções hegemônicas, instaurando leituras críticas plurais nos discursos políticos digitais.
- d) A ironia homogeneiza experiências comunicativas, impedindo circulação polissêmica nos diferentes espaços discursivos coletivos.
- e) A ironia preserva sentidos literais imediatos, excluindo contradições críticas possíveis nos debates coletivos atuais.

2. “Todo texto é um tecido de citações, oriundas de inúmeros centros da cultura, e cada produção discursiva é necessariamente atravessada por vozes pré-existentes que lhe conferem densidade intertextual” (Barthes, A Morte do Autor, 1968). Em relatórios científicos sobre mudanças climáticas, observa-se a justaposição de dados técnicos, metáforas literárias e argumentos sociopolíticos.

Considerando a perspectiva barthesiana, identifique a alternativa que expressa adequadamente a função da intertextualidade nesses discursos.

- a) A intertextualidade fragiliza fundamentos epistemológicos, promovendo relativismo descontrolado nos discursos ambientais contemporâneos.
- b) A intertextualidade dissolve a autoria singularizada, suprimindo responsabilidade enunciativa dos produtores de discursos acadêmicos.

- c) A intertextualidade uniformiza perspectivas interpretativas, impedindo emergência de singularidade hermenêutica textual distinta.
- d) A intertextualidade compromete objetividade epistêmica, anulando coerência metodológica em contextos acadêmicos complexos.
- e) A intertextualidade legitima construções argumentativas, inserindo textos científicos em tradições discursivas historicamente consolidadas.

3. “Não existe exercício de poder sem constituição correlata de um campo de saber, e não existe saber que não implique relações de poder” (Foucault, Microfísica do Poder, 1979). Em coberturas jornalísticas sobre pandemias, a mobilização de metáforas bélicas e dados estatísticos revela implicações políticas no discurso informativo.

Com base em Foucault, assinale a alternativa que melhor exemplifica a articulação entre saber e poder nos discursos jornalísticos.

- a) A linguagem jornalística dissolve tensões sociais, convertendo divergências em consensos ideológicos artificiais.
- b) A linguagem jornalística impede multiplicidade hermenêutica, restringindo polifonia textual nos discursos informativos.
- c) A linguagem jornalística preserva neutralidade absoluta, garantindo objetividade plena em diferentes contextos comunicativos.
- d) A linguagem jornalística articula saberes especializados, moldando percepções coletivas mediante estratégias discursivas complexas.
- e) A linguagem jornalística elimina pluralidade interpretativa, impondo consensos artificiais em diferentes esferas comunicacionais.

4. “Na sociedade de consumo, tudo tende a se transformar em mercadoria, inclusive os próprios signos linguísticos e culturais” (Baudrillard, A Sociedade de Consumo, 1970). Em campanhas digitais contemporâneas, observa-se o uso estratégico da polissemia como mecanismo de sedução simbólica.

De acordo com Baudrillard, identifique a alternativa que representa corretamente a função persuasiva do signo publicitário.

- a) O signo cristaliza significados homogêneos, afastando historicidade e multiplicidade de leituras culturais.

- b) O signo dissolve tensões interpretativas, convertendo diversidade cultural em consenso comunicacional estabelecido.
- c) O signo reforça neutralidade semântica, eliminando ambiguidades lexicais em práticas discursivas contemporâneas.
- d) O signo é ressignificado estrategicamente, vinculando produtos a valores emocionais e simbólicos universais.
- e) O signo preserva equivalência referencial, impedindo criação de associações múltiplas nos discursos midiáticos.

5. “Não há democracia linguística sem aceitação do pluralismo das formas, porque o preconceito linguístico é manifestação do preconceito social” (Bortoni-Ricardo, Sociolinguística, 2004). Em debates parlamentares televisionados, a variação linguística torna-se recurso de identidade e resistência discursiva.

À luz da sociolinguística crítica, assinale a alternativa que melhor representa o papel da variação linguística em contextos políticos.

- a) A variação linguística compromete inteligibilidade social, anulando eficácia pragmática das interações parlamentares.
- b) A variação linguística dissolve tensões discursivas, impondo homogeneidade comunicativa rígida nos debates institucionais.
- c) A variação linguística reforça estigmas históricos, consolidando hierarquias simbólicas tradicionais em espaços parlamentares.
- d) A variação linguística preserva apenas norma culta, impedindo reconhecimento das práticas populares e regionais.
- e) A variação linguística legitima identidades plurais, transformando diferenças em capital político relevante.

6. “Entre nós, a literatura é antes de tudo uma forma de consciência nacional, porque os sistemas literários não são apenas fenômenos estéticos, mas manifestações de identidade histórica” (Antonio Candido, Formação da Literatura Brasileira, 1959). No Romantismo brasileiro, a natureza foi convertida em emblema simbólico do nacionalismo literário.

Comando: Considerando a leitura de Candido, identifique a alternativa que melhor caracteriza o papel da natureza na produção romântica.

- a) A natureza perde valor simbólico, convertendo-se em mero cenário textual desprovido de densidade.
- b) A natureza dissolve símbolos regionais, tornando-se representação neutra sem valor identitário explícito.
- c) A natureza compromete identidade nacional, reforçando o cosmopolitismo estético europeu universalista.

- d) A natureza converte-se em alegoria nacional, estruturando identidade literária coletiva e patriótica.
- e) A natureza é excluída da poesia, substituída por abstrações literárias estritamente europeias.

7. “Na cultura da convergência, consumidores não apenas recebem conteúdos, mas tornam-se coprodutores, reelaborando narrativas em múltiplas plataformas” (Jenkins, Convergence Culture, 2006). Os gêneros digitais emergem, assim, como formas híbridas que transcendem fronteiras tradicionais.

Comando: De acordo com a teoria de Jenkins, assinale a alternativa que traduz a função central dos gêneros digitais.

- a) Desqualificam práticas híbridas, negando relevância social às culturas digitais emergentes.
- b) Preservam fronteiras rígidas, impedindo fusão entre linguagens heterogêneas das mídias digitais.
- c) Dissolvem gêneros tradicionais, anulando registros acadêmicos e literários de longa permanência.
- d) Estabilizam hierarquias discursivas, reforçando distinções entre texto e contexto midiático.
- e) Articulam múltiplas linguagens, instaurando circulação contínua entre texto, imagem, som e vídeo.

8. “Os conectores concessivos estabelecem relações lógicas de contraste, conferindo ao discurso complexidade sintática e argumentativa” (Bechara, Moderna Gramática Portuguesa, 2009). Esse recurso é amplamente explorado em textos acadêmicos e literários para tensionar expectativas do leitor.

Comando: Assinale a alternativa que apresenta um período corretamente estruturado com oração subordinada concessiva.

- a) Embora tivesse divergências, contribuiu decisivamente para o avanço das pesquisas interdisciplinares acadêmicas.
- b) Quando aceitou proposta, assumiu compromissos formais perante a comunidade universitária científica.
- c) Se permanecesse vigilante, alcançaria resultados superiores em práticas laboratoriais aplicadas contemporâneas.
- d) Assim que iniciou a reunião, emergiram conflitos interpretativos relevantes no âmbito acadêmico institucional.
- e) Logo que finalizou relatório, apresentou defesa sólida em plenária colegiada de avaliação científica.

9. “A obra literária é forma de conhecimento social, um sistema de mediações entre indivíduo e

coletividade” (Antonio Candido, *Literatura e Sociedade*, 1965). No Realismo de Machado de Assis, a ironia desempenha papel singular ao desvelar contradições da ordem burguesa.

Com base na crítica literária, indique a alternativa que melhor expressa o Realismo machadiano.

- a) Dissolve conflitos sociais, mantendo neutralidade estética diante da experiência humana.
- b) Estabiliza consensos ideológicos, anulando reflexão crítica sobre estruturas sociais.
- c) Reforça valores tradicionais, reafirmando hierarquias sociais e padrões patriarcais.
- d) Produz crítica irônica à ordem burguesa, expondo contradições sociais e psicológicas.
- e) Reflete apenas estilo, sem relação com contexto histórico e cultural.

10. “O signo linguístico é arbitrário, estabelecendo relação imotivada entre significante e significado” (Saussure, *Curso de Linguística Geral*, 1916). No campo publicitário, essa arbitrariedade é mobilizada para associar produtos a valores simbólicos diversos.

Considerando a teoria saussuriana, assinale a alternativa que melhor exemplifica o funcionamento do signo na publicidade.

- a) Dissolve função representativa, afastando contexto cultural dos enunciados publicitários atuais.
- b) Cristaliza valores universais, afastando historicidade cultural dos discursos publicitários contemporâneos.
- c) Impede multiplicidade semântica, bloqueando a criatividade nas práticas de linguagem publicitária.
- d) Resignifica signos, associando produtos a valores emocionais e sociais múltiplos.
- e) Preserva sentido fixo, impedindo usos alternativos em contextos de linguagem comunicativa.

11. “Indústria cultural é manipulação da consciência, reduzindo a experiência estética a consumo padronizado e facilmente replicável” (Adorno e Horkheimer, *Dialética do Esclarecimento*, 1947). Na contemporaneidade, séries globais difundidas por plataformas digitais atualizam essa problemática.

Assinale a alternativa que melhor exemplifica a crítica frankfurtiana à indústria cultural.

- a) Estimulam pluralidade estética, promovendo diversidade cultural em narrativas globais contemporâneas.
- b) Fortalecem autonomia crítica, ampliando a liberdade interpretativa dos espectadores modernos.

- c) Neutralizam tensões ideológicas, assegurando consenso universal em práticas culturais midiáticas.
- d) Padronizam narrativas, convertendo cultura em mercadoria replicável em escala mundial contemporânea.
- e) Garantem liberdade estética plena, afastando a homogeneização dos processos comunicativos midiáticos.

12. “O texto literário é espaço de estranhamento, mecanismo pelo qual a arte renova a percepção, rompendo com automatismos da vida cotidiana” (Shklovsky, *Teoria da Prosa*, 1925). Essa função estética permanece central em narrativas experimentais modernas e pós-modernas.

Indique a alternativa que melhor explicita o efeito do estranhamento na literatura.

- a) Dissolve tensões formais, eliminando polissemia e complexidade na construção textual moderna.
- b) Reduz ambiguidades semânticas, garantindo previsibilidade absoluta nos processos interpretativos literários.
- c) Rompe automatismos perceptivos, renovando experiência estética e crítica dos leitores contemporâneos.
- d) Homogeneiza sentidos, assegurando uniformidade interpretativa em diferentes contextos literários.
- e) Neutraliza efeitos estéticos, afastando a experiência crítica do horizonte interpretativo cultural.

13. “O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado em 2009, buscou uniformizar usos escritos entre países lusófonos, introduzindo alterações em acentuação e hifenização” (Houaiss, *Ortografia da Língua Portuguesa*, 2010). Essas mudanças repercutem no ensino e na produção textual acadêmica.

Assinale a alternativa que apresenta aplicação correta das normas do Acordo Ortográfico.

- a) Ideia voltou a ser acentuada, e autoescola grafada com hífen novamente obrigatório.
- b) Antissocial com duplicação de “s”, autoescola grafada junta, sem hífen obrigatório.
- c) Heroico recebeu acento gráfico, e linguíça manteve trema obrigatoriamente nos textos.
- d) Microondas perdeu o hífen, e a autoescola voltou a ser separada com hífen normativo.
- e) Autoescola grafada sem hífen, enquanto microondas manteve hífen normativo obrigatório.

14. “A coesão textual é garantida, em grande parte, pelo uso adequado dos pronomes relativos, que permitem encadear argumentos e preservar clareza semântica” (Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa*,

2009). Em artigos acadêmicos, essa prática reforça a consistência argumentativa.

Assinale a alternativa que apresenta uso adequado de pronome relativo.

- a) O artigo apresentou argumentos, cujos sentidos comprometeram a clareza das análises hermenêuticas.
- b) O artigo apresentou argumentos que sustentaram conclusões consistentes na pesquisa científica acadêmica.
- c) O artigo apresentou argumentos que, os quais, geraram incoerências discursivas redundantes.
- d) O artigo apresentou argumentos, de quem resultaram ambiguidades hermenêuticas confusas e recorrentes.
- e) O artigo apresentou argumentos, do qual emergiram contradições textuais em diferentes passagens.

15. “Só a antropofagia nos une, socialmente, economicamente, filosoficamente” (Oswald de Andrade, Manifesto Antropofágico, 1928). A proposta modernista consistia em reapropriar elementos culturais estrangeiros e ressignificá-los em chave brasileira.

Assinale a alternativa que melhor traduz a noção de antropofagia cultural.

- a) Supressão de expressões regionais, impondo paradigmas homogêneos como modelos literários predominantes.
- b) Dissolução de identidades culturais, convertendo hibridismo em universalidade artificial contemporânea.
- c) Neutralização de influências externas, preservando cânones universais como única referência estética.
- d) Rejeição de contaminações culturais, fixando fronteiras rígidas entre códigos nacionais homogêneos.
- e) Reapropriação crítica de códigos globais, ressignificando-os em chave cultural híbrida brasileira.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. A Constituição de 1988, fruto da Assembleia Nacional Constituinte, foi concebida em contexto de redemocratização, sendo classificada como rígida, analítica e dirigente. Doutrinadores como José Afonso da Silva e Canotilho destacam que sua força normativa não se limita à posição hierárquica, mas exige mecanismos hermenêuticos que a tornem efetiva frente à mutabilidade social e às tensões entre poderes. Nesse sentido, qual proposição traduz de maneira mais rigorosa o conceito e a supremacia constitucional no Brasil?

- a) A rigidez constitucional deriva unicamente de seu caráter extenso e detalhista, uma vez que constituições sintéticas, em regra, são automaticamente flexíveis e prescindem de procedimentos qualificados de alteração.
- b) A supremacia constitucional decorre exclusivamente de sua natureza política, prescindindo de instrumentos jurídicos de controle, pois a efetividade constitucional depende apenas da soberania legislativa e da legitimidade popular.
- c) A supremacia constitucional garante a prevalência da Constituição sobre todos os atos normativos e políticos, inclusive tratados internacionais ordinários, exigindo controle difuso e concentrado como instrumentos de proteção de sua força normativa.
- d) A supremacia constitucional é mitigada pela possibilidade de leis complementares derogarem dispositivos constitucionais específicos, desde que aprovadas por maioria absoluta e respaldadas pelo princípio democrático.
- e) O caráter dirigente da Constituição de 1988 enfraquece sua força normativa, pois a previsão de metas programáticas reduz sua aplicabilidade direta e sua efetividade prática no ordenamento.

17. A teoria da aplicabilidade das normas constitucionais distingue eficácia plena, contida e limitada, conforme densidade normativa e necessidade de intermediação legislativa. Considerando essa classificação, qual proposição sintetiza com precisão o regime de aplicabilidade?

- a) Todas as normas constitucionais dependem de lei integrativa para produzir efeitos, pois a Constituição de 1988 teria natureza predominantemente programática e apenas orientadora da atuação do legislador ordinário.
- b) As normas de eficácia contida têm aplicação condicionada a regulamento administrativo, bastando ato infralegal posterior para limitar seu alcance, independentemente de autorização expressa do texto constitucional.
- c) As normas de eficácia limitada possuem aplicabilidade direta e dispensam legislação integrativa, produzindo, desde logo, efeitos plenos e exaustivos, ao lado das normas de eficácia plena.
- d) As normas de eficácia plena e contida não têm aplicação imediata, exigindo edição de lei específica para iniciar a produção de efeitos e alcançar densidade normativa suficiente para o caso concreto.
- e) As normas de eficácia plena produzem efeitos imediatos e independem de lei integrativa; as normas de eficácia limitada exigem atuação legislativa para concretização; as de eficácia contida aplicam-se de pronto.

**18.** Os direitos fundamentais previstos na CF/88 são dotados de aplicabilidade imediata (art. 5º, §1º), mas sua concretização envolve desafios interpretativos, sobretudo diante da colisão entre direitos individuais e coletivos, ou entre garantias constitucionais e exigências estatais. Nesse quadro, qual proposição traduz corretamente a doutrina e a jurisprudência do STF?

- a) Os direitos fundamentais possuem eficácia vertical e horizontal, sujeitam-se a limites internos e externos, e quando colidem devem ser harmonizados mediante ponderação proporcional, sem eliminação arbitrária de núcleos essenciais.
- b) Os direitos fundamentais possuem caráter absoluto e não podem ser restringidos, ainda que em nome de outros direitos constitucionais ou da ordem pública, sob pena de supressão ilegítima da cidadania.
- c) A colisão entre direitos fundamentais é resolvida pela hierarquia normativa, prevalecendo sempre os direitos coletivos sobre os individuais, independentemente do caso concreto.
- d) O núcleo essencial dos direitos fundamentais pode ser relativizado por emenda constitucional, desde que obedecido o rito previsto no art. 60, §2º, da CF/88.
- e) A eficácia dos direitos fundamentais restringe-se às relações verticais, não se estendendo às relações privadas, salvo quando lei ordinária expressamente o determine.

**19.** A concepção constitucional de soberania, inscrita no art. 1º da CF/88, articula-se com a ordem internacional e com os princípios de não intervenção e autodeterminação. Considerando o debate doutrinário e jurisprudencial, qual proposição sintetiza adequadamente esse arranjo?

- a) A soberania constitucional caracteriza-se pela supremacia interna absoluta, sem admitir limitações derivadas de tratados internacionais de direitos humanos.
- b) A soberania estatal é mitigada, permitindo restrições por tratados multilaterais, desde que aprovados pelo Congresso e compatíveis com cláusulas pétreas constitucionais.
- c) A soberania é exercida de forma plena e indivisível, não sendo afetada por compromissos internacionais, ainda que regularmente incorporados ao ordenamento interno.
- d) A soberania da República admite relativização mediante convenções internacionais, independentemente de equivalência hierárquica com normas constitucionais.
- e) A soberania nacional subsiste apenas em matéria econômica, estando limitada pela

supremacia das normas internacionais de caráter universal e cogente.

**20.** O processo legislativo brasileiro, regulado pela CF/88, contempla instrumentos formais de produção normativa e mecanismos de controle de constitucionalidade, que asseguram a supremacia da Constituição. Considerando a doutrina e a jurisprudência, qual proposição expressa corretamente esses elementos?

- a) O controle repressivo exercido pelo Judiciário limita-se a atos normativos secundários, não alcançando leis formais, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes.
- b) O processo legislativo dispensa sanção presidencial nas leis complementares, pois estas possuem hierarquia superior e, portanto, prescindem de controle político pelo Executivo.
- c) O controle político é exercido exclusivamente pelo STF, em sede de ADI, enquanto o controle jurisdicional preventivo compete privativamente ao Senado Federal.
- d) O processo legislativo permite que emenda constitucional altere cláusulas pétreas, desde que respeitado o rito especial do art. 60, §2º, da CF/88.
- e) O controle de constitucionalidade, exercido de forma preventiva e repressiva, político e jurisdicional, busca garantir a compatibilidade vertical das normas com a Constituição, sendo a sanção presidencial exigida para leis ordinárias e complementares.

**21.** O controle de constitucionalidade brasileiro apresenta modalidades difusas e concentradas, influenciado pelo modelo norte-americano e pelo europeu-kelseniano. Considerando a evolução histórica e a jurisprudência do STF, qual proposição traduz com maior rigor esse arranjo híbrido?

- a) O modelo difuso admite efeitos inter partes, mas o Senado pode estender eficácia erga omnes mediante resolução, com fundamento no art. 52, X, da CF/88.
- b) O modelo concentrado aplica-se exclusivamente a leis federais, cabendo ao STF a competência originária, vedada a análise de normas estaduais ou municipais.
- c) O controle difuso confere efeitos erga omnes de forma automática, dispensando manifestação legislativa para vinculação nacional e uniformidade jurisprudencial.
- d) O controle concentrado restringe-se a ações propostas por partidos políticos, sendo vedada a legitimidade de entidades de classe ou confederações sindicais.
- e) O controle de constitucionalidade no Brasil admite coexistência formal, mas a aplicação prática restringe-se ao modelo difuso, sem relevância para a jurisdição concentrada.

**22.** A materialidade do ISS e do IPTU, como impostos municipais, encontra-se disciplinada pela CF/88 e pela legislação complementar, sujeitando-se a restrições interpretativas impostas pelo STF. Considerando essa moldura, qual proposição expressa corretamente a disciplina constitucional desses tributos?

- a) A imunidade recíproca não alcança o IPTU, permitindo que Municípios instituem o tributo sobre imóveis pertencentes a Estados e à União, desde que utilizados para fins econômicos.
- b) O ISS possui caráter residual, permitindo sua cobrança sobre qualquer atividade econômica, ainda que desvinculada de prestação de serviços, enquanto o IPTU alcança também imóveis rurais em razão de sua natureza patrimonial.
- c) O ISS incide sobre serviços de qualquer natureza, exceto os definidos em lei complementar como imunes ou não sujeitos, ao passo que o IPTU alcança a propriedade predial e territorial urbana, observando a função social da propriedade.
- d) O IPTU incide sobre propriedade imobiliária em zonas urbanas, independentemente da existência de infraestrutura básica, bastando a inclusão do imóvel em perímetro definido por lei municipal.
- e) O ISS incide sobre exportações de serviços e sobre operações financeiras, uma vez que sua materialidade não encontra limitações específicas na Constituição.

**23.** Os atos administrativos, como manifestações unilaterais da Administração Pública, devem observar requisitos de competência, finalidade, forma, motivo e objeto. Sua invalidação pode decorrer de vícios ou de razões de conveniência e oportunidade. Considerando esse quadro, qual proposição expressa de forma mais precisa a disciplina jurídica dos atos administrativos?

- a) A anulação e a revogação produzem efeitos idênticos, pois ambas extinguem atos administrativos independentemente da natureza do vício ou da motivação de conveniência.
- b) A anulação do ato administrativo pode ser motivada por razões de conveniência política, ao passo que a revogação decorre de ilegalidade, sendo competência exclusiva do Poder Judiciário.
- c) O ato administrativo não admite anulação pela Administração, cabendo exclusivamente ao Judiciário reconhecer ilegalidades e declarar a nulidade de seus efeitos.
- d) A revogação de atos administrativos vincula-se à ocorrência de vício insanável, enquanto a anulação decorre de mérito administrativo,

dependente de juízo discricionário da Administração.

- e) A anulação do ato administrativo decorre de vício de legalidade e pode ser promovida tanto pela própria Administração quanto pelo Poder Judiciário, enquanto a revogação funda-se em razões de conveniência e oportunidade, sendo prerrogativa exclusiva da Administração.

**24.** A desapropriação por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social apresenta fundamentos constitucionais específicos. Considerando a disciplina constitucional e a jurisprudência consolidada, qual proposição corresponde ao regime jurídico correto?

- a) A desapropriação para fins de reforma urbana dispensa indenização, pois a função social da propriedade prevalece sobre a cláusula da justa indenização constitucional.
- b) A desapropriação por utilidade pública pode ser indenizada mediante títulos públicos de emissão especial, desde que aprovados por decreto legislativo específico.
- c) A desapropriação por necessidade pública admite indenização diferida, desde que assegurada compensação proporcional mediante decreto regulamentar do Executivo.
- d) A desapropriação-sanção por descumprimento da função social da propriedade permite indenização em títulos da dívida externa, com resgate a longo prazo.
- e) A desapropriação por interesse social para reforma agrária exige prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real.

**25.** O poder de polícia, como prerrogativa estatal, consiste na restrição ou condicionamento de direitos individuais em prol do interesse coletivo, devendo observar princípios constitucionais e legais. Sobre sua disciplina, qual proposição expressa corretamente seus fundamentos?

- a) A finalidade do poder de polícia reside na proteção do patrimônio estatal, sem relação direta com a preservação da ordem pública ou dos direitos coletivos.
- b) O poder de polícia pode ser exercido de forma ilimitada, desde que fundado em razões de ordem pública, prescindindo de previsão legal ou de controle jurisdicional.
- c) O exercício do poder de polícia admite delegação irrestrita a particulares, inclusive quanto à edição de atos normativos e aplicação de sanções administrativas.
- d) O poder de polícia deve ser exercido com base na legalidade, na proporcionalidade e na finalidade pública, limitando direitos individuais em benefício do interesse coletivo e sujeitando-se ao controle judicial.

- e) O poder de polícia caracteriza-se por ser discricionário absoluto, não se sujeitando a princípios como razoabilidade, proporcionalidade ou finalidade pública.

**26.** Os contratos administrativos distinguem-se dos contratos privados por conter cláusulas exorbitantes, que conferem prerrogativas à Administração. Considerando a Lei nº 14.133/2021 e a doutrina majoritária, qual proposição traduz com maior rigor essas peculiaridades?

- a) As cláusulas exorbitantes conferem poder absoluto à Administração, permitindo alterações unilaterais sem motivação expressa e dispensando indenização ao contratado diante de modificações impostas.
- b) Os contratos administrativos equiparam-se integralmente aos contratos civis, vedando à Administração prerrogativas diferenciadas e impondo observância exclusiva ao princípio da igualdade contratual.
- c) Os contratos administrativos contêm cláusulas exorbitantes que asseguram alteração unilateral, rescisão motivada, fiscalização permanente e aplicação de sanções, sempre respeitados os limites legais.
- d) A execução em regime administrativo prescinde de direitos contratuais, bastando invocar a supremacia do interesse público para justificar mudanças e aplicar sanções sem contraditório formal.
- e) Os contratos administrativos não admitem rescisão unilateral pela Administração, somente permitindo encerramento contratual mediante decisão judicial transitada em julgado após procedimento adequado.

**27.** O controle da Administração pode assumir natureza administrativa, legislativa ou judicial. Considerando fundamentos constitucionais e doutrinários, qual proposição representa corretamente essa disciplina?

- a) O controle administrativo alcança legalidade e mérito, o legislativo fiscaliza atos financeiros e orçamentários, e o judicial limita-se à legalidade, sem substituir conveniência.
- b) O controle administrativo restringe-se à legalidade formal, vedando a revisão de atos discricionários mesmo quando contrariem interesse público relevante.
- c) O controle legislativo admite sustação de atos administrativos por conveniência política, ainda que não configurada ilegalidade ou abuso de poder funcional.
- d) O controle judicial substitui o juízo discricionário, autorizando o Poder Judiciário a refazer atos administrativos por critérios de mérito e oportunidade.

- e) O controle legislativo e o controle judicial equivalem-se, pois ambos examinam conveniência administrativa e legalidade, sem distinção entre atos vinculados e discricionários.

**28.** A competência tributária municipal encontra limites constitucionais e legais, exigindo observância de imunidades, princípios e regras gerais. Qual proposição está de acordo com esse regime jurídico?

- a) O IPTU pode ser cobrado cumulativamente com o ITR sobre imóveis rurais, cabendo ao legislador local definir critérios de partilha, fiscalização e prioridade arrecadatória entre os dois entes federados.
- b) O Município detém competência residual para instituir tributos sobre renda e patrimônio, desde que aprovados por lei local de caráter complementar e amparados pelo princípio federativo.
- c) O ISS incide sobre exportações de serviços e sobre contratos de arrendamento, sempre que autorizado por decreto do Chefe do Executivo municipal, sem necessidade de lei em sentido formal.
- d) O Município pode instituir ISS, IPTU e contribuição de melhoria, observando imunidades, legalidade, anterioridade e princípios constitucionais, bem como as normas gerais previstas em lei complementar.
- e) A contribuição de melhoria pode ser exigida sem vinculação a obra pública específica, bastando a demonstração de valorização imobiliária estimada no plano diretor e em estudos técnicos preliminares.

**29.** O processo administrativo, regido pela Lei nº 9.784/1999 e por normas municipais, é espaço de concretização dos princípios constitucionais de legalidade, motivação, proporcionalidade e contraditório. Autores como Odete Medauar e José dos Santos Carvalho Filho ressaltam que tais garantias não constituem meras formalidades, mas asseguram legitimidade e racionalidade às decisões da Administração. Considerando essa disciplina, qual alternativa é correta?

- a) O processo administrativo observa legalidade, finalidade, motivação e proporcionalidade; garante contraditório e ampla defesa; organiza-se em instauração, instrução, decisão e recurso.
- b) O processo administrativo limita-se ao princípio da legalidade formal; dispensa contraditório e motivação; a proporcionalidade não se aplica a atos administrativos discricionários.
- c) O processo administrativo compreende apenas instauração e decisão; a instrução e os recursos são dispensáveis; prevalece o

interesse público como fundamento central da decisão administrativa.

- d) O contraditório é considerado mera faculdade administrativa; pode ser afastado por alegação de urgência; admite restrição quando o interesse coletivo imediato é alegado pela Administração.
- e) O processo administrativo admite decisões sem motivação; basta autoridade competente; a legalidade do ato decorre da supremacia do interesse público sobre as garantias individuais.

**30.** A disciplina constitucional dos direitos políticos estabelece hipóteses de perda/suspensão e inelegibilidades, inclusive a reflexa do art. 14, §7º. Considerando o texto da CF e a jurisprudência consolidada, qual proposição está correta?

- a) A inelegibilidade reflexa atinge cônjuge e parentes até o segundo grau, independentemente de território, vedando candidatura em todo o País durante o mandato do titular.
- b) A reeleição para chefes do Executivo admite terceiro mandato consecutivo, desde que obtido por coligação diversa e com afastamento seis meses antes do pleito.
- c) A perda de direitos políticos por condenação criminal transitada em julgado cessa automaticamente com o cumprimento integral da pena, restabelecendo-se sem ato formal.
- d) A suspensão dos direitos políticos por improbidade administrativa depende de trânsito em julgado e vincula-se à perda da função e ao ressarcimento ao erário.
- e) A inelegibilidade reflexa limita candidatura no mesmo território de jurisdição do titular, alcançando cônjuge e parentes até o segundo grau, salvo se houver desincompatibilização por renúncia seis meses antes.

**31.** O controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do TCU, compreendendo fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. À luz da CF/88, qual proposição está correta?

- a) O TCU julga as contas do Presidente da República e, se rejeitadas, susta diretamente a execução orçamentária por decisão monocrática do relator.
- b) Compete ao TCU apreciar as contas dos administradores e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, aplicando sanções e fixando prazo para correção.
- c) O TCU pode sustar contratos administrativos diretamente, em definitivo, sem participação do Congresso, sempre que entender presente dano ao erário.
- d) O parecer do TCU sobre as contas anuais do Chefe do Executivo tem natureza vinculante,

obrigando o Congresso a seguir integralmente as conclusões técnicas.

- e) O controle externo restringe-se à legalidade estrita, sendo vedada a avaliação de economicidade e legitimidade nas auditorias operacionais do TCU.

**32.** A intervenção estatal na propriedade é disciplinada pela CF/88 e pela legislação específica, assegurando equilíbrio entre interesse público e garantia do direito de propriedade. Dentre as modalidades previstas, qual alternativa está correta?

- a) A desapropriação exige necessidade ou utilidade pública, deve ser declarada por decreto e depende de prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvadas hipóteses constitucionais específicas.
- b) A ocupação provisória dispensa indenização ao proprietário, mesmo quando houver danos materiais significativos, por se tratar de restrição transitória voltada ao interesse coletivo imediato.
- c) A requisição administrativa admite indenização prévia e em dinheiro em todas as hipóteses, independentemente de ocorrência de dano, por ser medida de caráter urgente e imediato.
- d) A servidão administrativa configura transferência da propriedade plena, com expropriação definitiva do bem, sujeita a indenização proporcional em caráter exclusivamente pecuniário.
- e) A limitação administrativa acarreta transferência obrigatória do domínio, impondo ao proprietário alienação compulsória sem possibilidade de contestação judicial ou indenização patrimonial.

**33.** A licitação, como regra geral para contratações públicas, encontra fundamento na Constituição e na Lei nº 14.133/2021, sendo pautada por princípios específicos. Qual alternativa reflete com precisão esse regime jurídico?

- a) O princípio da isonomia pode ser relativizado por critérios discricionários da Administração, que pode restringir a competitividade para privilegiar fornecedores locais sem base legal.
- b) A licitação pode ser dispensada por decisão discricionária ampla, bastando alegação genérica de conveniência administrativa, independentemente de previsão legal expressa para a hipótese concreta.
- c) A inexigibilidade de licitação permite contratação direta em qualquer situação, desde que justificada pela autoridade competente, ainda que exista competição viável entre fornecedores.
- d) O procedimento licitatório restringe-se à fase interna, sendo a fase externa considerada

meramente facultativa, sujeita à conveniência do administrador e dispensável em regra geral.

- e) A licitação observa legalidade, isonomia, julgamento objetivo, vinculação ao edital, publicidade, eficiência e competitividade, assegurando controle de legalidade e transparência processual.

**34.** A CF/88 regula o regime jurídico dos servidores públicos, estabelecendo direitos, deveres e garantias institucionais. Considerando essa disciplina, qual proposição sintetiza corretamente o regime constitucional?

- a) O servidor estável pode ser demitido apenas mediante processo administrativo com ampla defesa, ou por decisão judicial transitada em julgado.
- b) A estabilidade é adquirida automaticamente no momento da posse, não sendo necessária avaliação especial de desempenho funcional para consolidação.
- c) O cargo em comissão é de provimento efetivo e restrito a concursados, vedada a livre nomeação ou exoneração pela autoridade administrativa competente.
- d) A acumulação remunerada de cargos públicos é absolutamente proibida, não havendo exceções ainda que haja compatibilidade de horários.
- e) O regime jurídico único da União permite apenas a contratação por empregos públicos, vedada a criação de cargos efetivos de provimento mediante concurso.

**35.** O processo legislativo, regulado pelos arts. 59 a 69 da CF/88, constitui instrumento central da democracia representativa, envolvendo etapas sucessivas e sujeitas ao controle jurisdicional do STF. Doutrinadores como José Afonso da Silva e Alexandre de Moraes destacam que sua rigidez formal garante supremacia da Constituição e preservação do devido processo legislativo. Nesse panorama, qual proposição expressa de modo mais consistente essa disciplina normativa?

- a) O processo legislativo compreende iniciativa, deliberação, sanção ou veto e promulgação, sendo nulos atos normativos aprovados com inobservância de etapas essenciais previstas constitucionalmente.
- b) A sanção presidencial é discricionária absoluta, dispensando apreciação parlamentar, não se submetendo a controle de constitucionalidade por tratar-se de função política privativa do Executivo.
- c) A promulgação da lei é etapa meramente facultativa, podendo a autoridade competente dispensar sua realização sem comprometer a validade jurídica do ato normativo aprovado.

d) O veto parcial encontra vedação constitucional expressa, não sendo admitida rejeição de dispositivos específicos, salvo quando vinculados diretamente a proposições de natureza orçamentária.

- e) A iniciativa popular de lei ordinária carece de previsão constitucional, inexistindo possibilidade de participação social direta na formulação legislativa em âmbito federal.

**36.** A supremacia da Constituição, conforme leciona José Afonso da Silva (2005), projeta-se como fundamento do Estado Democrático de Direito, exigindo interpretação sistemática e principiológica que assegure unidade e coerência do ordenamento jurídico. A hermenêutica constitucional, segundo Canotilho (2003), deve articular normatividade, historicidade e abertura axiológica. Diante desse quadro, qual proposição traduz com maior rigor essa concepção?

- a) A supremacia constitucional impõe hierarquia normativa absoluta, sendo vedada qualquer ponderação de princípios constitucionais, ainda que em situações de colisão de direitos fundamentais relevantes.
- b) A hermenêutica constitucional fundamenta-se exclusivamente em critérios gramaticais, dispensando métodos sistemáticos ou teleológicos, bastando a literalidade do texto normativo para orientar a decisão.
- c) A interpretação constitucional deve observar princípios da unidade, da força normativa e da concordância prática, assegurando concretização dos direitos fundamentais e preservação do núcleo essencial.
- d) A supremacia da Constituição restringe-se apenas à organização dos poderes, não alcançando direitos individuais ou sociais, que dependem de legislação infraconstitucional para ter efetividade plena.
- e) A hermenêutica constitucional é exercício discricionário do julgador, permitindo a aplicação arbitrária das normas constitucionais sem vinculação a princípios estruturantes ou precedentes vinculantes.

**37.** Segundo Paulo de Barros Carvalho (2016), as limitações constitucionais ao poder de tributar constituem garantias fundamentais do contribuinte, assegurando justiça fiscal e equilíbrio federativo. A CF/88 disciplina imunidades, princípios e regras que estruturam esse regime. Qual alternativa expressa com precisão esse entendimento?

- a) O princípio da isonomia tributária permite tratamento diferenciado a contribuintes em razão de ocupação profissional ou renda presumida, desde que autorizado por lei complementar específica.
- b) O princípio da anterioridade impede a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em

que publicada a lei instituidora, sem admitir exceções relacionadas à urgência de arrecadação fiscal.

- c) A imunidade recíproca autoriza a tributação de patrimônio, renda e serviços de entes federados quando destinados a atividades econômicas, independentemente da finalidade pública essencial do ente.
- d) O princípio da legalidade tributária impõe que tributos somente sejam instituídos ou majorados por lei, ressalvadas exceções constitucionais como fixação de alíquotas de II, IE, IPI e IOF por decreto.
- e) A irretroatividade tributária pode ser afastada por conveniência do fisco, admitindo aplicação de lei nova a fatos geradores já consumados, quando mais benéfica à arrecadação pública.

**38.** Celso Antônio Bandeira de Mello (2015) ensina que a validade do ato administrativo não depende apenas da competência formal da autoridade, mas também da conformidade dos motivos com a realidade fática. Esse entendimento, conhecido como “teoria dos motivos determinantes”, vincula a Administração aos fundamentos que justificaram o ato. Considerando esse contexto, qual alternativa reflete corretamente essa doutrina?

- a) O ato administrativo, ainda que motivado por razões falsas, mantém sua validade se praticado por autoridade competente e observado o procedimento formal previsto na legislação aplicável.
- b) A teoria dos motivos determinantes estabelece que, se os fundamentos indicados como justificadores do ato não forem verdadeiros, o ato será inválido.
- c) A teoria dos motivos determinantes é inaplicável aos atos discricionários, uma vez que estes não dependem de motivação expressa ou compatibilidade lógica entre causa e efeito administrativo.
- d) O controle judicial do ato administrativo limita-se à verificação de legalidade formal, não sendo possível examinar a veracidade dos motivos invocados pela Administração para justificar sua prática.
- e) A invalidade do ato administrativo somente ocorre por incompetência da autoridade ou por vício formal, sendo irrelevante a falsidade ou improcedência dos motivos apresentados como justificativa.

**39.** Quanto às taxas oriundas do poder de polícia e à contribuição de melhoria, consideradas as limitações constitucionais e o CTN, qual proposição está correta?

- a) A taxa de polícia pode replicar a base de cálculo do ISS quando o serviço público fiscalizado for específico e divisível, desde que demonstrada a efetiva atuação estatal no caso concreto.

- b) A contribuição de melhoria independe de obra pública determinada, admitindo cobrança geral fundada em valorização imobiliária potencial, desde que prevista em lei orçamentária municipal.
- c) A taxa de polícia exige competência legal e atuação potencial ou efetiva de fiscalização, sendo vedado adotar base de cálculo própria de imposto; a contribuição de melhoria requer obra pública e limites vinculados.
- d) A contribuição de melhoria pode superar o custo total da obra quando comprovado aumento significativo do valor venal dos imóveis atendidos, a fim de realizar justiça distributiva no âmbito local.
- e) A taxa de polícia pode incidir sobre iluminação pública geral, por se tratar de atividade essencial de interesse coletivo, cuja arrecadação pode custear serviços correlatos de segurança urbana.

**40.** Sobre o Orçamento público e Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101/2000, conforme leciona Ricardo Lobo Torres (2010), consolidou o regime jurídico da responsabilidade fiscal no Brasil, estruturando limites, controles e sanções para assegurar equilíbrio intergeracional. Considerando a disciplina normativa e doutrinária, qual alternativa está correta?

- a) A LRF impõe limites de despesa com pessoal, endividamento e operações de crédito, estabelecendo mecanismos de transparência, responsabilidade e sanções e até suspensão de transferências voluntárias.
- b) A LRF admite a realização de operações de crédito por antecipação de receita sem limites temporais ou condicionamentos, desde que garantidas por arrecadação futura e aprovadas pelo Legislativo.
- c) A LRF dispensa o cumprimento de metas fiscais em caso de conveniência administrativa, cabendo ao gestor decidir unilateralmente sobre execução orçamentária sem controle externo.
- d) A LRF considera facultativa a publicação de relatórios de execução orçamentária e gestão fiscal, não estabelecendo sanções pela omissão de informações essenciais de responsabilidade fiscal.
- e) A LRF permite ampliação ilimitada da despesa pública em períodos eleitorais, desde que aprovada pelo Legislativo, afastando limites constitucionais e legais de controle fiscal.

**FIM**